Processo nº. 2006/53058-0 – Portaria AP Nº. 780, de 01.02.2008, BENEDITA VIRGÍLIA CARDOSO MARÇAL, na função de Servente, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação;

Processo nº.2007/52177-7 – Portaria AP Nº. 773, de 01.02.2008, RAIMUNDA MACHADO MAIA, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

Relator: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos da Exmª. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inc. III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar os atos de aposentadoria dos processos discriminados:

ACÓRDÃO Nº. 43.188

Processo nº 2007/52336-4

Assunto: Aposentadoria

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Relator: Auditor Convocado ANTONIO ERLINDO BRAGA.

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Auditor Convocado, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria AP nº. 0219, de 01.02.2007, que trata da aposentadoria de SEBASTIANA DIAS DA COSTA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD2-401, Ref. IV, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 43.189

Processo nº 2007/52560-0

Assunto: Aposentadoria

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

Relator: Conselheiro Antonio Erlindo Braga.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Auditor Convocado, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria nº. 1.346/2007 de 15.06.2007 que trata da aposentadoria de ALEXANDRE COMIN DE LUCENA, no cargo de Atendente Judiciário, lotado na comarca de Santo Antônio do Tauá, recomendando ao TJE a correção do ato na forma da manifestação do Departamento de Controle Externo deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº. 43.190

Processo nº 2006/53189-9 , 2007/52759-1 e 2007/54444-4

Assunto: Pensões Cíveis

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

Processo nº. 2007/53372-1 – Portaria PS Nº. 375, de 11.08.2004, em favor de CLORIS ELIETE PALHA COELHO, dependente do ex-segurado Vitor Barbosa Coelho;

Processo nº.2007/53860-1 – Portaria PS 0300, de 24.06.2005, em favor de LUCILA RAIOL DA SILVA MATOS, dependente do ex-segurado JOAQUIM BRAGA MATOS.

Processo nº. 2007/54444-4 – Portaria PS Nº. 980, de 05.05.2006, em favor de TEREZINHA DE JESUS FAÇANHA PIMENTEL DINIZ, dependente do ex-segurado ROBERTO PIMENTEL DINIZ.

Relator: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos da Exmª. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inc. III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar as portarias que tratam das pensões civis relativas aos processos abaixo discriminados, devendo o IGPREV corrigir os atos, conforme manifestações do Departamento de Controle Externo deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº. 43.191

Processo nº 2007/53777-7

Assunto: Pensão Civil

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

Relator: Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Júnior.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº12 de 09 de fevereiro de 1993, registrar a portaria PS nº 0506, de 25.11.2005 que trata da Pensão Civil em favor de MANOEL BENEDITO DE OLIVEIRA, dependente da ex-segurada JOSEFINA NEGRÃO DE OLIVEIRA, devendo o IGPREV atualizar os proventos ao salário mínimo vigente.

ACÓRDÃO Nº. 43.192

Processo nº 2007/53829-2

Assunto: Pensão Civil

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

Relator: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exmª. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria PS nº. 0514, de 25.11.2005, que trata da Pensão Civil em favor de VICENTE PORTILHO, dependente da ex-segurada MARIA REGINA AQUIME PORTILHO.

ACÓRDÃO Nº. 43.193

Processo nº 2007/54449-9

Assunto: Retificação de Pensão especial Militar.

Requerente: Secretaria Executiva de Estado de Administração.

Relator: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exmª. Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar o Decreto nº. 578, de 08.11.2007, que trata da Pensão Especial Militar em favor de ANA CARLA DE SOUZA MARTINS e CLAUDIO ANDERSON MARTINS SANTOS, dependentes do ex-segurado Soldado PM MÁRIO CLODOALDO BRAZ DOS SANTOS, devendo a SEAD corrigir o ato de acordo com as manifestações do Departamento de Controle Externo desta Corte e Ministério Público de Contas.

ACÓRDÃO Nº. 43.194

Processo nº. 2003/50253-3

Assunto: Prestação de Contas do referente ao convênio nº. 083/02 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ADÃO RIBEIRO SOARES-Prefeito.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exmª Sra. Conselheira Relatora, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da lei complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 43.195

Processo nº. 2004/53209-6

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 062/2004, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ e a FCPTN.

Responsável: Sra. MARIA ORTÊNCIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Prefeita à época.

Relator: Auditor Convocado ANTÔNIO ERLINDO BRAGA.

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Auditor Convocado, com fundamento no art. 38, inciso I e art. 39, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº. 43.196

Processo nº. 2006/50248-2

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº 048/05, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA e a SEPOF.

Responsável: Sr. RAIMUNDO FARO BITENCOURT – Prefeito.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 43.197

Processo: 2004/53571-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 362/2002 e termos aditivos firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ e a SEPLAN.

Responsável: Sra. FRANCISCA MARTINS OLIVEIRA E SILVA, Prefeita à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-50.000,00 (Cinquenta mil reais), e aplicar à Sra. FRANCISCA MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeita à época, C.P.F. nº. 105.556.252-49, multa no valor de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta

decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.198

Processo: 2005/53414-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 275/2004 firmado entre o SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMETÁ e a SAGRI.

Responsável: Sr. BENEDITO JOSÉ OLIVEIRA BARROS - Presidente.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), e aplicar ao Sr. BENEDITO JOSÉ OLIVEIRA BARROS, Presidente, CPF nº.094.576.402-25, multa de R\$100,00 (cem reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 29 de Abril de 2008, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 43.199

Processo nº 2007/50905-7

Assunto: Aposentadoria

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Relator: Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria AP Nº. 1779, de 04.09.2006, que trata da aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS DA CUNHA PESSOA, no cargo de Professor, Código GEP-M-AD2-401, Ref. I, lotada na Secretaria Executiva de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 43.200

Processo nº 2007/53633-3 e 2007/53700-8

Assunto: Pensões Cíveis

Requerente: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

Processo nº. 2007/53633-3 – Portaria PS nº. 0170 de 04.05.2004, MARIA DE NAZARÉ FERREIRA DA CONCEIÇÃO, DANILO FERREIRA DA CONCEIÇÃO, ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DA CONCEIÇÃO, DIEGO FERREIRA DA CONCEIÇÃO, DENIZE FERREIRA DA CONCEIÇÃO e JOSIVAN FERREIRA DA CONCEIÇÃO, dependentes do ex-segurado JONAS DA CONCEIÇÃO;

Processo nº. 2007/53700-8 – Portaria PS nº. 0228, de 29.04.2005, MARIA AMÉLIA DA SILVA dependente do ex-segurado REGINALDO DE CASTRO E SILVA.

Relator: Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Decisão: *A C O R D A M* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos da Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar as Portarias Cíveis relativas aos processos discriminados.

ACÓRDÃO Nº. 43.201

Processo nº. 2002/51122-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 158/2001 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ATIL JOSÉ DE SOUZA, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: *ACORDAM* os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas, no valor de R\$-56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

ACÓRDÃO Nº. 43.202

Assunto: Prestações de Contas

Processo nº. 2003/52128-7 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente ao Convênio nº. 359/2002 e Termo Aditivo, firmados com a SEPLAN, de responsabilidade do Sr. ADALBERTO CAVALCANTE ANEQUINO, Prefeito;